

Estratégias de difusão do Movimento Psicanalítico no Rio de Janeiro – 1970/1983¹

ANA CRISTINA COSTA DE FIGUEIREDO*

Capítulo III — Segundo Período da Difusão: Reorganização do Movimento (1977/1983)²

A crise da SPRJ: uma tentativa de atualização da psicanálise

A inclusão neste trabalho de um tópico com este título requer alguns esclarecimentos. Quando utilizamos o termo crise, admitimos que ele se refere à eclosão de uma situação disruptiva que resulta de conflitos institucionais internos que, em determinado momento, tornam-se insustentáveis. Mas queremos assinalar que ele também se refere a determinadas estratégias de retomada do processo institucional que forçam a caracterização de uma ‘crise’ para poderem se implantar definitivamente. Em outras palavras, o que vai mal precisa dar lugar ao novo projeto que vai bem e, desse modo,

1. Dissertação de Mestrado - PUC-Rio, 1984.

* Psicanalista, Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Titular e Docente do Programa de Mestrado Profissional do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ).

2. O texto original foi atualizado no que se refere às datas e, consequentemente, aos tempos de verbo, mantendo o tempo presente como estilo de narrativa, mas indicando o período histórico em que se desenvolveram os acontecimentos. Incluímos um novo item ‘Para Concluir’, visando trazer para os dias de hoje alguma atualização da questão sobre a difusão da psicanálise e as novas ameaças de sua descaracterização e conspurcação de seus princípios e mesmo de sua ortodoxia.

assegurar a importância e legitimidade que sempre foram atribuídas à SPRJ. Sobre isso convém fazer duas ressalvas: 1) essa situação não é privilégio – ou defeito – desta Sociedade, ao contrário, fala-se muito em crises institucionais referidas a outras Sociedades. 2) a crise não deve ser tomada como a crise da psicanálise como um todo, uma vez que não a entendemos como um saber monolítico sujeito a desvios que gerariam as crises.

O que consideramos pertinente é que a crise que eclode especificamente na SPRJ nos anos 80 é mais um indicador das transformações que a psicanálise vinha sofrendo na década anterior.

Em primeiro lugar, ela se dá num contexto em que a psicanálise está irremediavelmente difundida e, por isso mesmo, ameaçando a partir do exterior o próprio corpo societário da instituição. Torna-se, portanto, urgente uma ampliação de seus quadros para atender a uma demanda crescente de profissionalização, principalmente pela categoria dos psicólogos. Daí o apelo incisivo à democratização de suas estruturas – reformulação dos estatutos, queda do monopólio dos didatas, abertura para os candidatos psicólogos, que só se deu em 1980.

Em segundo lugar, os critérios de elegibilidade e reconhecimento dos psicanalistas não estão mais sob o controle desta Sociedade, nem das outras instituições ligadas à IPA³ – que sempre foram as fontes privilegiadas de onde emanava o conhecimento e a própria formação psicanalítica.

Em terceiro lugar, a situação da SPRJ, por estas e outras razões mais específicas, tornou-se visivelmente anacrônica com relação ao movimento psicanalítico ampliado. Esse anacronismo transparece através da manutenção de modelos de gestão administrativa e acadêmica da Sociedade considerados obsoletos e antidemocráticos – concentração de poder nas mãos de poucas pessoas que se revezam em seus cargos há décadas – pelo entrave ao desenvolvimento do processo de formação – reduzido número de analistas didatas, pouco incentivo à produção teórica – e por sua inflexibilidade quanto às transformações teórico-técnicas que vêm ocorrendo a partir dos anos 80 na própria prática psicanalítica.

3. *International Psychoanalytic Association* fundada em 1910

E, finalmente, porque os detonadores desta “crise” encontram-se entre seus membros mais progressistas que nos anos 70 patrocinaram – ainda que de modo ambíguo – o próprio boom da psicanálise, sua expansão para além dos muros da Sociedade e da profissão médica. Além disso, defendem uma nova leitura da psicanálise baseada no modelo estrutural da escola francesa que se opõe frontalmente à linha predominante na Sociedade até então.

A crise, portanto, a nosso ver, pode ser traduzida como uma tentativa de recolocar a própria Sociedade a serviço da atualização do campo psicanalítico com a finalidade de recuperar seu prestígio e seu poder centralizador. Não se trata de romper com a Sociedade, mas sim romper com esse anacronismo que a torna desacreditada e politicamente enfraquecida perante a IPA, a seus membros e candidatos e a comunidade psicanalítica em geral.

Para fundamentar melhor esta discussão, recorreremos a um breve histórico que aponta para as situações de maior relevância para a deflagração da crise.

A crescente ameaça de desestabilização da hegemonia das Sociedades oficiais decorrente da irreversível difusão da psicanálise no campo da psicologia clínica no decorrer dos anos 70 já era motivo de preocupação de seus dirigentes. A exemplo disso surgiu o polêmico parecer Alcântara-Cabernite⁴ em 1973 que visava o controle da prática clínica de psicólogos antes mesmo do surgimento dos grupos autônomos de formação. Em 1974, é o próprio Dr. Leão Cabernite – presidente da SPRJ de 1972 a 1980 – que depõe⁵:

Os excessos do modismo psicanalítico filosófico de hoje ainda estavam longe de se insinuar, mas a história da ‘reforma’ já havia começado, como ela sempre começa no próprio ato do nascimento. Analistas

4. O parecer Alcântara-Cabernite foi emitido pelo Conselho Nacional de Saúde com o propósito de alterar a legislação em vigor, retirando o direito dos psicólogos à psicoterapia. Na época, formou-se uma comissão composta das psicólogas Elisa Veloso e Therezinha Lins e do médico-psicanalista Samuel M. Faro (IMP), que intercedeu junto ao Ministério da Saúde, apresentando um documento da ABPA (Associação Brasileira de Psicologia Aplicada) em defesa dos direitos dos psicólogos ao uso da psicoterapia. O apelo foi considerado e encerraram-se as tramitações legais que levariam o parecer ao Congresso.

5. Trata-se do trabalho intitulado “A Propósito do Futuro da Psicanálise”, escrito em 1974, mimeo, SPRJ.

européus emigrantes ou analistas latinos que voltavam de uma formação na Europa, obtiveram de nós desde os primórdios do contrato analítico que com eles fizemos, a tácita promessa de ser um cruzado na defesa da psicanálise. E, de cavaleiros da Távola Redonda, passamos a ser eternos vigilantes do totem sagrado da psicanálise. Foi um bem e foi um mal, (...) continuar assim, é como se ficassemos montando guarda a um manancial de água pura e cristalina com medo dele ser contaminado e usando-o aos conta-gotas, enquanto toda uma coletividade está sedenta, precisando daquela água.

Outros, que não são verdadeiramente analistas, sem assistência e sem acompanhamento, apossam-se dos conhecimentos da psicanálise e os estão distribuindo mal e perigosamente. E, nós continuamos fiéis guardadores do poço sagrado... O nome deste estranho fenômeno pode ser autismo. (p. 3-4)

Mantendo a metáfora do Dr. Cabernite, já havia sido feito um desvio de água desse ‘poço sagrado’ onde grande parte dessa “coletividade sedenta” já podia beber mais facilmente. Mas os ‘contrabandistas’ não pagavam seus impostos e, o que é pior, não tinham direito a dispor do poço a não ser para matar sua própria sede. Em outras palavras, era preciso aumentar a guarda e ampliar o acesso ao “poço”. Mais adiante ele propõe a solução:

Uma das soluções provavelmente seria a de que os atuais Institutos passassem a trabalhar em dois níveis: para formação de analistas e para formação de didatas. Os analistas seriam os terapeutas ou formadores de psicoterapeutas. Os didatas seriam formadores de analistas. Bastaria acrescentar cursos com regime de mestrado aos Institutos. Os candidatos mais talentosos seriam selecionados para o curso de didatas.

A meu ver, esta alteração dos quadros e da prática de formação de técnicos propiciaria o surgimento de novas técnicas terapêuticas dentro e não fora do movimento oficial. (p. 6)

Não pretendemos discutir o mérito dessa proposta. O que nos chama a atenção é o esforço do presidente da SPRJ em tentar manter o movimento dentro – o grifo foi do próprio autor – dos limites da Sociedade.

Dois anos depois, suas declarações são mais enfáticas. Por ocasião do pré-congresso da COPAL (Comitê Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina)⁶, em 1976, Cabernite desabafa:

Até alguns anos atrás, bastava-nos ser psicanalistas e este fato era inteiramente transcendente à necessidade de sermos Sociedades de Psicanálise.

Hoje, o futuro da psicanálise não está em nada garantido pelo fato de sermos psicanalistas, numa época em que todos os psicoterapeutas se dizem ‘psicanalistas’. Nada lhes importa, ou ao resto do mundo, se nós não os consideramos ou não os reconhecemos como tal.

As dissensões dentro do movimento psicanalítico, o grande vulto das publicações que põem a psicanálise ‘ao alcance de todos’, os cursos paralelos de ‘psicoterapia’, as famosas ‘supervisões particulares’, os cursos de psicologia ‘clínica’, de pedagogia e muitos outros eteceteras, são preciosas contribuições que estão transformando a psicanálise em ‘terra de ninguém’, ou, o que vem a dar no mesmo, na terra de qualquer um. (p. 1)

Evidentemente, o Dr. Cabernite sabia dos perigos dessa proliferação desordenada que, na verdade, escapava ao controle da Sociedade e sabia também que todas essas promoções sempre contavam com psicanalistas oficialmente reconhecidos pela própria SPRJ. Como evitar a catástrofe? Mais adiante, tendo resolvido recorrer pessoalmente à própria IPA, decepcionado, ele propõe:

No Congresso de Londres de 1975, na reunião dos Presidentes, tentei interessar os colegas no que reputo de “futuros males para o movimento psicanalítico”. Os ingleses declararam simplesmente desconhecer o assunto e não quiseram atribuir-lhe a importância que eu lhe dava. Disseram: “nós não temos destes problemas por aqui”. E, então, mudamos de assunto...

6. Trecho extraído do trabalho intitulado “O Reforço da Instituição Psicanalítica”, apresentado ao pré-congresso da COPAL em 1976, SPRJ.

Não pretendo acrescentar um pessimismo latino-americano à fleugma e equilíbrio social britânicos. No entanto, é a própria realidade que está fazendo o ‘papel do diabo’. A IPA, por exemplo, já está preocupada com o problema da socialização do tratamento psicanalítico. (...)

O compromisso a assumir seria o de reforçar as nossas instituições. Todos sabemos que instituições de prestígio científico e social são capazes de socorrer as ideias, os princípios e os seus próprios associados. (p. 2)

E, mais adiante, preconiza a “crise”:

Quanto maior for a Sociedade psicanalítica e quanto maior for a cidade que lhe empresta a sede, maior e mais rápido será o perigo de perversão do movimento psicanalítico. As pequenas Sociedades estão imunes temporariamente. (p. 2)

Consideramos este argumento um tanto insuficiente – afinal de contas se fosse só uma questão de tamanho, a Sociedade Britânica não sobreviveria a suas dissidências internas – e preferimos interpretar o problema do tamanho da Sociedade como indício da necessidade de uma estrutura mais burocratizada, legalista e impessoal que possa sustentar a instituição e assegurar seu funcionamento, pondo em risco, sem dúvida, a regra básica da psicanálise presente nas relações intra-institucionais: o fenômeno da transferência que, carregado de investimento libidinal, superinveste as relações tornando-as extremamente personalizadas – aí encontra-se um bom espaço para as dissidências quanto maior é a Sociedade.

Quanto ao Rio de Janeiro, o problema seria o grau de difusão que a psicanálise atingiu. Em outras palavras, ela cobre uma extensa área social que a instituição psicanalítica por si só não atinge, embora seus membros agindo isoladamente possam fazê-lo – não é à-toa que os colegas britânicos não lhe dão ouvidos, eles realmente não têm “destes” problemas por lá. Aí residiria, talvez, o maior perigo de “perversão do movimento psicanalítico” dentro da perspectiva de Cabernite.

A situação se agravava mesmo no ano de 1980, quando se sucedem os principais episódios que transtornam a já precária situação do grupo que até então liderava a SPRJ.

O primeiro desses episódios se dá durante a abertura do VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise realizado no Rio a 4 de junho de 1980. Numa matéria de primeira página do Caderno B do *Jornal do Brasil* (04/06/80), com o significativo título “A Psicanálise está sendo destruída por psicanalistas” lia-se uma virulenta declaração atribuída ao próprio Cabernite⁷: “Uma ruidosa legião de psicopatas tomou de assalto a psicanálise. Pessoas com distúrbios de personalidade se estão arvorando em psicanalistas”. Mais adiante, Cabernite esclarece:

... o fenômeno da má formação de profissionais começou há mais de dez anos, quando alguns analistas se dispuseram a dar supervisão a pessoas saídas das escolas de Psicologia, muitas vezes com a ausência da imprescindível análise pessoal. Depois, as pessoas assim formadas abandonaram seus professores, agruparam-se e começaram a importar psicanalistas, sobretudo da Argentina, para fazer docência e supervisão. Mais tarde, os ex-alunos passaram a professores de geração espontânea ao lado de profissionais semi-analisados por grupos que se intitulavam dissidentes. A bola de neve foi crescendo e hoje é uma verdadeira montanha, um enigma sem solução aparente.

Muitos entenderam estas declarações como uma alusão direta ao grande movimento provocado pelo recém-criado IBRAPSI em 1978, mais especificamente à figura de Gregório Baremlitt⁸. De qualquer modo, não se trata aqui de fazer um juízo ético das declarações de Cabernite, seja por um ataque à sua atitude reacionária ou um apoio nostálgico à volta dos ‘bons tempos’ quando ‘realmente’ se formavam psicanalistas corretos e competentes. Seu relato é visto antes como uma constatação bastante clara de um

7. Na época, Cabernite era presidente da ABP (Associação Brasileira de Psicanálise), que congrega todas as Sociedades psicanalíticas ligadas à IPA no Brasil. O presidente da SPRJ era Victor Manoel de Andrade, que reiterou todas as suas afirmações. Cf. Caderno B, *Jornal do Brasil*, 05/06/80 e 06/06/80.

8. Cf. depoimento de Gregório Baremlitt em entrevista. Sobre o tema da Socioanálise publicado um artigo no Caderno Especial do *Jornal do Brasil* em 26/9/82, assinado por Baremlitt, com o título “Sociopsicanálise, caminho aberto à saúde mental”.

processo irreversível do próprio movimento psicanalítico com o qual os psicanalistas das mais diferentes posições têm que lidar.

A posição política do grupo ligado a Cabernite evidentemente não se sustentou. Suas estratégias de recuperação da psicanálise se mostram débeis⁹ e sua derrocada vem a partir do segundo episódio que ocorre em setembro desse mesmo ano. Durante o ciclo de debates promovido pela Clínica Social de Psicanálise na PUC, em setembro, surgem discussões extremamente polêmicas sobre a condição atual das instituições psicanalíticas. O alvo das críticas é, claro, as Sociedades ligadas à IPA, a SPRJ e a SBPRJ, especialmente a primeira, da qual fazem parte Eduardo Mascarenhas, Hélio Pellegrino e Wilson Chebabi, participantes do ciclo, que levantam uma série de denúncias à apropriação ilegítima da psicanálise. As mais contundentes são ao chamado “baronato” da psicanálise, centralização vitalícia de poder; aos altos custos do tratamento psicanalítico; ao apoliticismo dos psicanalistas que transcende o *setting* e define um outro tipo de comprometimento político, ao nível precário da produção teórica

9. As principais estratégias foram as tentativas de regulamentação da profissão de psicólogo e de psicanalista. Quanto à primeira, houve o parecer Alcântara-Cabernite em 1973 e o Projeto Julianelli em 1980 – este último não está diretamente ligado ao nome de Cabernite, mas se baseia nas mesmas premissas, ou seja, submeter a prática clínica dos psicólogos ao controle médico. Evidentemente, essa prática clínica dizia respeito à psicanálise. O segundo projeto teve repercussões bem mais sérias e acabou por agilizar a formação do Sindicato dos Psicólogos. Foi arquivado em fevereiro de 1981. Para maiores detalhes ver Guimarães, N. *A Prática da Psicologia Clínica em Questão: Considerações sobre a inserção social do psicólogo*, Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, 1982. Quanto à outra tentativa, referente aos psicanalistas, as discussões se intensificam em 1972 e culminam com o Projeto Nelson Carneiro, em 1977, que também foi arquivado. Esse projeto contrariava os interesses da maioria dos psicanalistas e esbarrava num problema jurídico insolúvel: ou bem rompia com a IPA, ou era considerado ilegal pelo fato de a profissão de psicanalista ser regida por uma organização estrangeira. Para ampliar essa discussão ver: Cabernite, L. “Regulamentação da Profissão de Psicanalista”; Ferrari, A. “A Profissão de Psicanalista, sua Regulamentação”; e Prado, P. “Algumas Considerações sobre Psicanálise como Profissão e sua Regulamentação”, in *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. VI, nº 1/2, 1972. O Caderno B do *Jornal do Brasil*, em 19/2/78, apresenta declarações de três psicanalistas – Hélio Pellegrino (SPRJ), Hórus Vital Brazil (IMP) e Karl Weissmann (SBPRJ) – e um psicólogo – Luiz Cesar M. Ebraico (IPC) – sobre a questão da regulamentação do psicanalista. Apesar da divergência de opiniões, nenhum deles mostra-se inteiramente favorável ao projeto tal como é proposto. Em *GRADIVA* nº 5, jun./80, a discussão é retomada como tema na apresentação dos resultados gerais do 8º Congresso Brasileiro de Psicanálise.

e, até mesmo, ao próprio caráter filantrópico da Clínica Social num esboço de autocrítica¹⁰.

O clímax dessas denúncias é o depoimento de um membro da plateia, ex-presos político, que afirma ter sido vítima de torturas e ter visto na equipe de torturadores o Dr. Amílcar Lobo supervisionando o estado físico e mental das vítimas. O Dr. Amílcar Lobo era candidato da SPRJ e havia interrompido sua formação há mais de seis anos. Mais uma vez surge o nome de Dr. Leão Cabernite que foi seu analista didata.

O caso “Amílcar Lobo” já era de conhecimento da sociedade desde 1973 quando foi publicada uma denúncia na revista argentina *Questionamos* organizada por Marie Langer. Essa denúncia lhes havia sido enviada por uma psicanalista da SBPRJ, Dra. Helena Viana, que, na época, sofreu uma série de ameaças veladas por seu procedimento. Envolto em certo mistério, o caso finalmente torna-se público e, em outubro de 1980, Amílcar Lobo é definitivamente desligado da SPRJ. Porém não foram só essas as consequências dos debates na PUC. Os Drs. Hêlio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas são também desligados da SPRJ a 27 de janeiro de 1981, evidentemente por razões bem diferentes¹¹.

A partir daí, deflagra-se a ‘crise’ que culmina na formação de um grupo oposicionista dentro da Sociedade: o Fórum de Debates. Criado em maio de 1981 e dirigido por uma mesa de cinco membros – Carlos Alberto Barreto, Fábio Lacombe, Heládio Miziara, Nilo Ramos de Assis e Wilson Chébabi – o Fórum tem como plataforma política inicial o direito ao voto para o membro-associado, a reforma dos estatutos, principalmente no que diz respeito à análise didática, e o fim das punições que começaram a ameaçar os oposicionistas a partir de uma carta de solidariedade assinada por treze psicanalistas contra o desligamento de Pellegrino e Mascarenhas¹².

A IPA, inteirada do que estava se passando, envia ao Rio em outubro de 1981 uma comissão de sindicância para avaliar a situação da SPRJ.

10. Cf. Caderno B do *Jornal do Brasil*, em 23/09/80, matéria assinada por Roberto Mello, com o título “Os Barões da Psicanálise”. Também publicada na íntegra em Cerqueira, G. (org.) *Crise na Psicanálise*, Rio: Graal, 1982

11. Para uma cobertura mais detalhada dos episódios da crise deflagrada em 1980 na SPRJ, ver Cerqueira, G. (org.) op. cit.

12. Cf. Cerqueira, G. (org.) op. cit., p. 189.

O resultado da visita é exposto no relatório enviado à Sociedade em 6 de maio de 1982¹³. Esse relatório mostra claramente a proposta da IPA: é preciso reorganizar com urgência a estrutura administrativa e acadêmica da Sociedade para acabar com a concentração de poderes nas mãos de poucas pessoas, para possibilitar uma distribuição mais ampla das funções de magistério e manter um acompanhamento permanente da formação dos psicanalistas – por exemplo, criação de comissões de ética profissional, estabelecimento de critérios legalistas de avaliação e promoção dos membros e candidatos etc. Desse modo, a IPA pretende eliminar a ameaça das oposições à estabilidade do corpo societário. Sobre esse ponto são textuais:

Com a implementação dessas mudanças, acreditamos que a presença de grupos de pressão dentro da Sociedade se tornará supérflua. Não haverá, pois, reconhecimento de qualquer grupo que assuma a prerrogativa de organizar reuniões independentemente da Sociedade. O Conselho tem em mente o Fórum de Debates, mas também está ciente da presença de outros grupos de pressão menos organizados. (p. 241)

Entretanto, o Fórum não manifestou publicamente nenhum protesto à posição da IPA. Ao contrário, as declarações de Hélio Pellegrino¹⁴ e Wilson Chebabi¹⁵, por exemplo, taticamente absorvem e apoiam sua intervenção¹⁶.

13. Ibid., p. 239-242.

14. Pellegrino escreve em seu artigo “Vitória do Fórum”: “(...) As bandeiras do Fórum de Debates foram todas implementadas no espaço da SPRJ. Tratava-se, de início, de rechaçar o clima de terror punitivo que paralisava a vida criativa da Sociedade. Isto foi com a ajuda da IPA. O Conselho Consultivo – uma anomalia, segundo a carta desta – foi jogado na lata de lixo reservada aos trastes medievalescos e fascistas que empestavam a SPRJ.”

15. Chebabi escreve em “A Questão da Veracidade dos Estatutos Elaborados pela Comissão”: “(...) A verdade em que estamos articulados indissolivelmente uns aos outros é a verdade de uma sociedade que tem como praticamente único centro de coesão a filiação à IPA. Esta filiação é, pois, algo muito precioso. Não para cada um de nós individualmente, talvez. Coisa que também é questionável. Mas é precioso para a existência desse outro nível de exercício da idoneidade psicanalítica, que é a aptidão de associar-se. Nós todos nos associamos uns aos outros por intermédio da IPA. A verdade em que estamos é a da necessidade de respeitar essa filiação para preservar a nossa existência social.”

16. Ambos os artigos foram publicados no *Boletim do Fórum de Debates* nº 16, abril/1983.

Apesar de a IPA pressionar os dois lados, ela parece ser o único ponto em comum: ambos temem o desligamento e a consequente desqualificação da SPRJ.

Após esse primeiro *site visit* da IPA, Pellegrino e Mascarenhas são readmitidos na Sociedade em março de 1982 por ganho de causa em juízo, e a antiga diretoria encabeçada por Victor Manoel de Andrade se demite em outubro do mesmo ano, quando são convocadas novas eleições. Inicia-se, então, um período de redefinições da política interna da Sociedade.

O ponto nevrálgico das discussões passa a ser a questão pendente da análise didática, sobre a qual a IPA ainda não tem uma posição definitiva. É exatamente aí que se concentram os esforços da oposição para atualizar a psicanálise e introduzir na SPRJ o tão decantado retorno a Freud caucionado pelas teorias de Lacan. A ‘escola francesa’ vai servir de instrumento político para sustentar uma posição ainda frágil perante a cúpula da Sociedade. Nada mais eficaz do que acusar os ‘kleinianos’ de deturpação e, até mesmo, de traição da essência da psicanálise. Evidentemente, ainda eram poucos os psicanalistas que dominavam esse novo e sofisticado discurso e, mesmo assim, não se consideravam lacanianos. São freudianos, pretendem uma fidelidade à sua ‘escola’ e, eventualmente, discordam de alguns aspectos do trabalho de Lacan – especialmente quanto a seu estilo de intervenção. Entre eles se encontram Fábio Lacombe, Hélio Pellegrino, Joel Birman, José Ibsen de Almeida, este último ligou-se ao Colégio Freudiano e assumiu uma posição mais radicalmente lacaniana.

Em 1981, Birman coloca a questão fundamental¹⁷:

Trata-se apenas de uma questão política no sentido estrito, que se resolve por um novo equilíbrio de forças no espaço institucional, remanejando o lugar de poder, ou trata-se também de uma questão psicanalítica? (p. 141)

E, ao propor sua análise psicanalítica, ele instaura na Sociedade o que – à guisa de uma metáfora que consideramos muito apropriada – poderíamos chamar a Revolução Francesa. Ele afirma:

17. Ver artigo “Em Casa de Ferreiro... Espeto de Pau”, escrito em novembro de 1981 e publicado em Cerqueira, G. (org.) op. cit.

A demanda para o restabelecimento da justiça, inexistente na atual estrutura, nos coloca a questão de que se convivia num espaço institucional em que estava ausente a ideia de Lei.

O movimento crítico pretende precisamente estabelecer um espaço entre pares, entre iguais, que possam medir as suas diferenças num lugar que lhes possibilite isso. Para tal, a universalidade dos direitos tem que ser estabelecida como condição de possibilidade, para que a Ordem do discurso e a circulação da palavra possam mediar as relações intersubjetivas, superando a Ordem da força. (...)

Assim, sair deste quadro significa admitir a presença da castração como uma Lei universal que regula a relação entre os humanos, onde ninguém ocupa este lugar todo-poderoso, mas onde todos são marcados simbolicamente por ela. Neste horizonte, ninguém é senhor absoluto da Sra. Psicanálise. (p. 148/149)

As analogias estratégicas que são construídas nesse jogo de poder poderiam ser resumidas no seguinte quadro:

DEMOCRACIA (cidadão) $\equiv$ LEI (castração simbólica) $\equiv$ ORDEM DO DISCURSO $\rightarrow$ [discurso lacaniano reificado]

×

AUTORITARISMO (súdito) $\equiv$ FRAGILIDADE DA LEI (pai arcaico onipotente/mãe fálica) $\equiv$ ORDEM DA FORÇA $\rightarrow$ [discurso kleiniano apropriado]

Esta analogia está montada sobre: 1) a apropriação do discurso lacaniano que é imediatamente reificado como a única psicanálise possível; 2) a compatibilização desse discurso com os princípios igualitários da democracia e do espírito do cidadão; 3) a ideia de que o discurso kleiniano se presta a uma utilização autoritária, ainda que seja uma apropriação indevida; 4) a ideia de que é preciso restaurar, no que ele chama uma “política da psicanálise” (p. 142), tanto a democracia quanto a verdadeira psicanálise, a essência do pensamento freudiano, que tem como suporte o discurso lacaniano.

O que se apreende disto é que os detentores desse ‘poder absoluto’ devem dar lugar a um novo discurso da psicanálise ao qual evidentemente não têm

acesso – o que lhes vale, no mínimo, a acusação de operar no nível do imaginário – e que não paira no ar para qualquer ‘cidadão’, muito ao contrário, exige uma sofisticada aparelhagem intelectual para dominá-lo e exercê-lo.

Em outras palavras, o ‘retorno’ a Freud pretende a eficácia de uma nova ortodoxia, desta vez colocada acima de qualquer suspeita. A lógica do cidadão – justifica-se a metáfora da Revolução Francesa – frente à lógica do tirano, parece constituir uma requintada estratégia de poder que atinge diretamente os setores mais conservadores da Sociedade e que se mostra, até certo ponto, adequada ao próprio projeto da IPA.

Queremos ressaltar, entretanto, que não se trata de desqualificar essa ou aquela leitura da psicanálise, mas sim que todas produzem determinados efeitos de verdade em diferentes estratégias. Isso se quisermos discutir a questão sob esta perspectiva, que nos parece ser compartilhada inclusive pelo próprio Birman. É o que pretendemos discutir em seguida.

O papel da teoria na redefinição do campo psicanalítico: lacanismo x kleinianismo

Neste segundo período da difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro instaura-se uma nova dissensão, desta vez entre os próprios psicanalistas, que diz respeito às tendências da escola francesa inaugurada por Lacan. Suas teorias vêm abalar certas convicções há muito estabelecidas com relação ao que é ser psicanalista e mesmo, quanto à própria definição da psicanálise. O lacanismo passa a constituir uma nova ortodoxia que assume a dupla função de legitimar a formação dos psicanalistas que, por motivos diferentes, encontram-se à margem das Sociedades estabelecidas, e de funcionar como fator de atualização/modernização do próprio campo psicanalítico. A partir daí se estabelece todo um novo jargão, uma nova linguagem, que vai compor o código através do qual Freud será evocado, revisto e, ou, somos dizer, reinventado.

Os opositores mais ferrenhos a esse novo campo encontram-se entre as primeiras gerações de psicanalistas que tiveram uma formação predominantemente kleiniana e, em sua maioria, pertencem às Sociedades da IPA.

Entretanto, não são os únicos, pois também encontraremos psicanalistas e psicólogos recentemente estabelecidos profissionalmente que optaram pela escola inglesa ou americana. Por outro lado, vários psicanalistas tradicionais optaram por sua modernização aderindo a Lacan¹⁸. Há, ainda, os mais “liberais” que aceitam com complacência alguns preceitos teóricos de Lacan, mas definitivamente, não lhe outorgam o direito de lhes “tomar” a psicanálise. Configura-se, assim, uma espécie de “briga de escolas” – daí a atribuição do sufixo “ismo” – que, a nosso ver, assume um papel crucial nos novos rumos do movimento psicanalítico.

O que pretendemos discutir aqui diz respeito muito mais às estratégias políticas de que se valem esses grupos em sua defesa da psicanálise do que propriamente a uma análise das teorias ou da lógica de elaboração de seus conceitos.

Primeiramente, vamos caracterizar e discutir o que entendemos por kleinianismo e lacanismo para elaborar algumas questões em função do uso desses discursos na política do movimento e relacioná-los com a questão da difusão.

O kleinianismo poderia ser basicamente caracterizado como o movimento que reuniu as três primeiras gerações de psicanalistas-médicos das Sociedades oficiais da IPA preocupados em discutir a abordagem estritamente freudiana do grupo de Viena. A ênfase recai sobre o modo de intervenção, ou seja, sobre a técnica propriamente dita. Não há qualquer preocupação com questões institucionais ou profissionais pois os padrões já estavam devidamente estabelecidos pela IPA. As discussões tematizam basicamente os problemas do desenrolar do processo analítico, tais como: quando e como interpretar; que ênfase deve ser dada à interpretação transferencial; como reforçar a figura do analista que deve ser mais ativo em sua intervenção para “acelerar o processo” e “derrubar as defesas” etc. A intervenção kleiniana vai se estender ao tratamento de crianças – daí o interesse de muitos

18. Um dos primeiros artigos sobre a teoria estrutural de Lacan é o de Hórus Vital Brazil, intitulado “A Estrutura em Metapsicologia — Um Ensaio Crítico”, publicado em *Psicanálise em Crise* (col. Conscientia, nº 1, Vozes, 1974). M. D. Magno era o diretor-editor da revista *Lugar*, dedicada à publicação de trabalhos que versam sobre a obra de Lacan desde 1972.

psicólogos – e de psicóticos, que constituíram a clientela privilegiada pela própria Melanie Klein para a formulação de suas teorias.

Em suma, o kleinianismo é caracterizado pela proposta dos psicanalistas de formação médica de ampliar seus recursos de tratamento das neuroses e psicoses dentro e fora do espaço da psiquiatria. No entanto, podemos falar de uma modalidade particular do kleinianismo que se define como mais politizada. Articulando a psicanálise ao materialismo histórico e ao modelo americano de psicoprofilaxia, propõe a ampliação da intervenção psicanalítica para outros setores da sociedade. É o kleinianismo argentino que, mesmo não chegando a constituir um movimento à parte, tem sua importância principalmente por tentar quebrar o apoliticismo tático dos psicanalistas brasileiros e por promover a psicanálise junto aos psicólogos, indicando novas possibilidades de trabalho. O incremento dos grupos de um modo geral, a abertura da psicanálise para adolescentes e a introdução da análise institucional são os principais exemplos. Mas, o que parece ter permanecido mais tipicamente como característica do ‘kleinianismo’ é a referência à psicanálise ligada à formação médica, a determinadas técnicas, à extensão do atendimento a crianças e psicóticos, a um certo apoliticismo como sinônimo de neutralidade e à ausência de crítica institucional.

Em oposição a esse modelo, o ‘lacanismo’ vai se impondo no Rio. Algumas máximas do discurso lacaniano serão ressaltadas e, mesmo que não se diferenciem fundamentalmente das ideias de outros psicanalistas, serão tomadas ao pé da letra — muito ao gosto de Lacan — como a verdade sobre a psicanálise. É exatamente nesse ponto que reside a importância estratégica do ‘lacanismo’. Não se trata apenas de uma oposição ao ‘kleinianismo’, mas antes, uma tentativa de redefinir a psicanálise para resgatá-la de seu permanente risco de descaracterização. Trata-se, evidentemente, de tomar a palavra de Lacan em seu ‘retorno’ a Freud e desqualificar as demais ‘psicanálises’.

Curiosamente, a crítica implacável de Lacan à psicologia do ego americana não é significativa para o quadro brasileiro. Enquanto as primeiras gerações de psicanalistas franceses iniciaram sua formação com o grupo de Hartmann, Loewenstein, analista de Lacan, Spitz, Laforgue e outros que vão desenvolver a psicologia do ego nos Estados Unidos, no Brasil são os

kleinianos (ingleses e argentinos) e alguns freudianos designados de ortodoxos que vão formar os primeiros psicanalistas. No entanto, absorvemos sem restrições as críticas a uma psicanálise que aqui nem sequer se estabeleceu como escola e tampouco caracterizou o movimento, embora, é claro, não nos seja desconhecida.

Para caracterizar *grosso modo* o que denominamos de ‘lacanismo’, podemos dizer que é um movimento cujo paradigma é mais teórico do que meramente técnico ou terapêutico e, nesse sentido, mais abrangente. O que está em jogo é muito mais a definição de psicanálise, do que seja ser psicanalista do que propriamente a quê e a quem serve a psicanálise. Sua função estratégica como nova ortodoxia põe em questão tudo o que se afasta de suas próprias definições. É fato que esse mecanismo é típico de qualquer ortodoxia, só que nesse caso, o modelo lacaniano vai julgar, simultaneamente, em diferentes níveis — político-institucional, teórico-técnico, profissional — os ‘desvios’ da psicanálise.

Para melhor elucidar esses mecanismos, apresentamos os pontos centrais de sua estratégia ressaltando que não são privilégio exclusivo do caso brasileiro, pelo contrário, constituem o aparato discursivo do lacanismo onde quer que se instaure. Entretanto, parecem atender, especialmente, ao apelo dos psicanalistas mais progressistas que visam recuperar ou conquistar sua hegemonia sobre a psicanálise.

Primeiramente, com relação ao eterno problema do apoliticismo da psicanálise e de sua exclusão do determinante ‘social’ em favor do ‘individual’, a própria formulação teórica de Lacan vai ter um efeito neutralizador dessas críticas que aparecem, principalmente, numa certa tendência marxista. O sujeito de Lacan vai se constituir a partir desse suposto ‘social’ — o simbólico — através da linguagem, do código a que está submetido. Apesar de o modelo estrutural se caracterizar pela invariância e por uma perspectiva não histórica, estabelece-se uma analogia entre o sujeito descentrado de Lacan, que não é dono de seus atos, e o homem social e historicamente descentrado que, de acordo com o ponto de vista marxista, é submetido a uma ordem cujo controle lhe escapa. O próprio termo alienação, sujeito alienado de si mesmo, é central no discurso lacaniano. Este ponto é importante na medida em que justifica e legitima toda uma posição contestatória com

pretensões de politizar a psicanálise e, principalmente, ratificar sua função eminentemente subversiva a partir da própria teoria.

Um segundo ponto refere-se ao combate frontal à hegemonia da IPA no cenário da psicanálise internacional. A ortodoxia sem mestre, burocratizada, que rege a formação psicanalítica, deve dar lugar ao novo modelo que resgata e supervaloriza a ‘transferência’ para o mestre e, consequentemente, para a instituição que o representa. O discurso do mestre, sendo a inversão do discurso do analista, complementa-o no processo de transmissão da psicanálise — o termo “formação” deve ser abolido¹⁹.

A questão profissional é elevada a um tal nível de sofisticação e especificidade que a psicanálise artificialmente recupera seu lugar idiossincrático de uma não profissão, muito além de uma mera técnica terapêutica adotada pelos profissionais de saúde mental, ou de uma teoria sobre o funcionamento do psiquismo humano. Essa idiossincrasia deve lhe assegurar um lugar muito especial fora de qualquer enquadre jurídico-profissional, acadêmico-universitário ou médico-terapêutico. Entretanto, ela se vale dessas instâncias, principalmente das duas últimas, para se implantar definitivamente como especialidade. A psicanálise deve ocupar os diferentes espaços institucionais, mantendo uma autonomia relativa, e estabelecer com eles compromissos táticos.

A importância dessa estratégia reside no fato de viabilizar e legitimar a formação psicanalítica dos grupos que proliferam no Rio de Janeiro, sobretudo de psicólogos, que se encontram à margem do sistema estabelecido, e de descentralizar o controle profissional exercido pela IPA.

Um terceiro ponto, que é desdobramento do segundo, diz respeito à própria definição do que é ser psicanalista. É preciso recolocar a questão segundo o ‘lugar’ que ele ocupa, sua função propriamente dita. O psicanalista não pode, de modo algum, confundir-se com o psicoterapeuta. Porém, a

19. A substituição do termo *formação* pelo termo *transmissão* é justificada a partir da própria teoria de Lacan. Um exemplo disso é a ata de fundação da *Letra Freudiana*, transcrita em seu Boletim de 1981. Reproduzimos aqui os itens V e VI referentes ao assunto:

“V — Falamos de transmissão em psicanálise e não de formação. As únicas formações reconhecidas são as do inconsciente. O analista é sintoma da relação analítica.

VI — Formar pode pressupor as ‘formas’ às quais os sujeitos estariam obrigados a se modelar. Podem ouvir-se aí todas as formas imaginárias da identificação. Portanto, ninguém garante, não haverá diplomas nem promoções.”

diferença não mais se faz profissionalmente. Um sujeito com o ‘título’ de psicanalista pode perfeitamente não passar de um psicoterapeuta, para isso basta que sua abordagem privilegie ‘cuidar’ do paciente.

Quando os lacanianos afirmam que psicanalisar não é fazer psicoterapia, não estão simplesmente recolocando uma questão que vem sendo discutida desde os primórdios da psicanálise – quando a psicoterapia era referida à hipnose, por exemplo. Estão, outrossim, adiantando que são os próprios psicanalistas que não sabem fazer psicanálise. Para a ortodoxia lacaniana nada se compara ao ato analítico e qualquer psicanalista que não entenda esse ato da mesma forma não passará de um psicoterapeuta.

A psicanálise, sendo extremamente refinada e complexa em sua proposição teórica, se vê, mais do que nunca, ameaçada de distorção a partir de sua própria prática, e nenhum aparato institucional pode assegurar que um psicanalista seja verdadeiramente psicanalítico. O ponto crucial dessa questão é a análise didática, a análise formativa do psicanalista. Para Lacan, a análise didática já seria uma redundância²⁰, pois a verdadeira análise é necessariamente ‘didática’, uma vez que pressupõe a única forma viável de transmissão da psicanálise.

A redefinição do que é ser psicanalista também se refere a questões estritamente técnicas. Por exemplo, a ênfase sobre a especificação do número de vezes por semana e do tempo de duração das sessões como indicadores de uma análise deve ser substituída pelo ‘estilo pessoal’ que melhor capta as formações do inconsciente. De certa forma, a codificação desse estilo pressupõe um número de sessões variável centrado na referência ao tempo lógico, por oposição ao cronológico, que pode durar na prática entre cinco e trinta minutos. Convém lembrar que é nesse ponto que muitos psicanalistas que adotam as teorias de Lacan revelam-se mais ‘conservadores’ e se mantêm fiéis à sua antiga forma de trabalho no que se refere à frequência e duração das sessões, definindo-se mais como freudianos do que propriamente lacanianos.

As questões técnicas, no entanto, vêm sendo discutidas há tempos, não só para o caso dos grupos como também para instrumentar os diferentes

20. Cf. Lacan, J. “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o Analista da Escola” em *Outros Escritos*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

tipos de intervenção, e são alteradas com a própria necessidade de expansão do atendimento. Mas tudo isto pode ser visto como ‘mau uso’ e deverá passar por uma nova recodificação. O próprio atendimento de grupos, que custou a se impor como um trabalho psicanalítico, é desprezado pelos lacanianos de primeira hora não de modo muito diferente dos antigos ortodoxos²¹.

A desqualificação dos psicanalistas não lacanianos de um modo geral é uma prática corrente entre os grupos lacanianos mais ‘radicais’ em sua política de questionamento da legitimidade dos demais psicanalistas, especialmente dos ligados à IPA.

A questão da análise didática interessa particularmente aos psicanalistas já estabelecidos que pretendem reformular internamente a estrutura da formação psicanalítica nas Sociedades oficiais e discutir a qualificação de seus predecessores — vimos um exemplo disso no caso da SPRJ.

Porém, um aspecto curioso que diz respeito à própria difusão da psicanálise também deriva desse ponto. Com relação ao paciente que simplesmente procura resultados ‘terapêuticos’ para seus problemas, o que acontece mais frequentemente é que ou bem ele se beneficia pouco de sua análise, assimilando precariamente uma visão psicanalítica de si mesmo, ou torna-se potencialmente um futuro analista tentando apoderar-se desse discurso para melhor reproduzi-lo e efetivamente resolver uma questão que é também profissional. Nesse sentido, a proposta lacaniana vai tornar ainda mais imprecisas as fronteiras entre o consumo terapêutico da psicanálise e a própria profissionalização. Os analisandos buscam cada vez mais ‘entender’ a psicanálise, apossar-se do código que rege sua modalidade peculiar de intervenção. E ainda, considerando-se que dominar a psicanálise não significa necessariamente ser terapeuta, mas sim dominar o mais sofisticado discurso sobre a constituição do sujeito, não são poucos os analisandos que circulam nos simpósios e cursos de psicanálise em busca de uma ‘afinidade’ maior com sua própria análise e com seus analistas, mas também se utilizando de seus conceitos e mesmo de seu jargão em áreas da linguística e da filosofia, por exemplo. O lacanismo, sem dúvida, faz sucesso cada vez mais entre uma população jovem intelectualizada atraída por sua mística e impacto anticonformista.

21. Deve-se ressaltar que hoje em dia as experiências com grupos e coletivos avançaram bastante na orientação lacaniana.

Quanto à teoria, propriamente dita, o discurso lacaniano, ampliando a área de tematização da psicanálise nas letras, na música, na filosofia e na estética em geral, exercita, mais do que nunca, os movimentos centrípeto e centrífugo que estão presentes na estruturação da própria teoria psicanalítica. E ainda, a supervalorização da teoria em detrimento de uma prática meramente terapêutica não pretende elevar a psicanálise à categoria de sistema filosófico, mas oferece a opção de formar diletantes em psicanálise — linguistas, críticos literários, matemáticos etc. — reduzindo a questão da profissionalização a uma decorrência da apropriação desse novo discurso.

Quanto à formação, não podemos esquecer que é o próprio analista que se autoriza a partir de sua trajetória pessoal, ainda que necessite passar pela instituição e por novos ritos de passagem apontados por Lacan²². Aí reside a peculiaridade dessa nova estratégia de difusão da psicanálise. Juntamente com o valor de uma nova ortodoxia, existe a promessa, ainda que incerta, de o sujeito tornar-se psicanalista, prescindindo da inflexível e ultrapassada triagem ‘médica’, ou mesmo da formação inicial de psicólogo.

De fato, o discurso lacaniano vai conseguir a façanha de acirrar ponto a ponto as peculiaridades da psicanálise que a tornam especial, irresistível e imprescindível, ainda que para um grupo seletivo de pessoas que souberam atingi-la, aumentando seu poder teórico-conceitual. Ao mesmo tempo, promove a fragilização e consequente fragmentação de suas instituições, despreza qualquer análise crítica sobre seus efeitos terapêuticos e sociais e leva às últimas consequências o caráter altamente subjetivo que marca os processos de transmissão e profissionalização em psicanálise. Nesse sentido, sua ortodoxia é impecável.

O ‘lacanismo’ no Rio de Janeiro, portanto, com sua proposta de uma ‘psicanálise subversiva’, seu apelo a romper com o modelo médico-psicológico e com o discurso universitário, torna-se especialmente atraente para os grupos de psicólogos que ainda não conseguem se definir como psicanalistas, para um número crescente de jovens, de certo modo já familiarizados com a psicanálise a partir de sua experiência como pacientes e para os psicanalistas engajados na modernização do campo psicanalítico a fim de prescrever

22. Cf. Lacan, J. “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o Analista da Escola”, op.cit.

um outro tipo de controle sobre seu status teórico, político e social. Nesse grupo se incluem desde os novos freudianos, muitos ligados às Sociedades da IPA, até os lacanianos mais radicais que fundam suas próprias instituições. Neste ponto, convém lembrar que o ‘lacanismo’ como movimento é bastante heterogêneo e não faltam as infundáveis discussões sobre as diferentes leituras do mestre. Entretanto, todos falam em nome de um “retorno a Freud” e é exatamente essa necessidade criada através de Lacan que aponta para uma outra necessidade ainda mais crítica: a de recuperar uma delimitação do campo psicanalítico que lhe assegura o lugar especial que teria perdido com sua difusão — entendida como seus “desvios” — e que vem a ameaçá-la de descaracterizar-se a todo momento.

Apesar desse processo ser ainda muito atual e, portanto, difícil de ser pensado com clareza, podemos dizer que o ‘lacanismo’ com toda a sua sofisticação intelectual, sua força política de penetração no movimento psicanalítico brasileiro, se constitui como preocupação para alguns psicanalistas que constatarem sua difusão rápida e ‘selvagem’ promovida, principalmente, pelos lacanianos mais aguerridos cujo discurso, que não escapa de banalizações e equívocos, veio a exercer sua hegemonia no campo psicanalítico.

Para concluir

Trazendo essa discussão para os dias de hoje, nessas duas décadas corridas do século XXI, a questão da ortodoxia permanece extremamente atual. Os ‘perigos’ da descaracterização da psicanálise, que surgem de sua difusão e banalização desde os anos 70, hoje advêm das redes sociais virtuais com uma proposta de formação ao modo de ‘*coaching*’, cursinhos rápidos de como tornar-se analista em poucos meses, e também de grupos evangélicos que tentam se apropriar do discurso psicanalítico com vistas a moralizar os comportamentos e costumes principalmente ligados à experiência da sexualidade. Além disso, em relação ao eterno problema da profissionalização e consequente regulamentação da psicanálise, vemos surgir em universidades privadas propostas de criação de cursos de graduação em psicanálise, inclusive no formato EAD.

Nesse cenário, os esforços anteriores em barrar as iniciativas fora do controle das Sociedades da IPA que visavam a regulamentação da profissão (ver nota nº 8 neste texto), adquirem hoje uma nova mobilização sistemática e permanente da comunidade psicanalítica ampliada. Diferentes grupos, escolas e tendências teóricas da psicanálise, que outrora se opunham, agora se reúnem num movimento político de combate à regulamentação da profissão, e mais recentemente no enfrentamento dessas novas modalidades de conspiração da teoria e da clínica psicanalítica²³.

Por outro lado, surgem novos grupos vicejando entre jovens com poucos recursos financeiros para iniciar sua formação nas instituições já estabelecidas, que se propõem a organizar coletivos de gestão horizontal que deem sustentação a seu desejo de se tornarem psicanalistas inovando a orientação tripartite de Freud entre análise pessoal, supervisão e estudos teóricos. São grupos que se apresentam como periféricos, subvertem a prática da supervisão propondo a 'intervisão' como um diálogo clínico entre pares. Defendem uma psicanálise menos elitista, mais territorializada em sua prática e uma clínica antirracista e atenta às questões atuais de gênero²⁴.

A ortodoxia de Freud a Lacan deve ser revista à luz dessas propostas que, em última instância, visam à democratização da psicanálise e a ampliação de seu alcance. Quais serão os efeitos desses novos arranjos menos instituídos, mas não menos legítimos para a transmissão e, mesmo, para a difusão da psicanálise, só o tempo dirá.

Junho de 2026

Ana Cristina Costa de Figueiredo

anacrisfigueiredo@gmail.com

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

23. Cf. Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras criado no ano 2000, atualmente composto por 27 instituições empenhadas em resguardar o campo psicanalítico de sua descaracterização, seja nos projetos de regulamentação da profissão ou das iniciativas pecuniárias de distorção da formação.

24. Ver grupos como: Ocupação Psicanalítica (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo); Escuta Periférica (EPEP – Rio de Janeiro); Coletivo Margem Psicanálise (Fortaleza – CE), entre outros.